

27 JUL 1993

Preocupação com os rumos da economia

GAZETA MERCANTIL

Brasil

por José Casado
de São Paulo

Há um impasse na administração da política econômica, uma paralisia na ação do governo, uma real perspectiva de confronto entre o Executivo e o Legislativo e um evidente desgaste do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

Essa é a impressão dominante entre líderes empresariais e trabalhistas que há duas semanas participam de seguidas reuniões comandadas pelo presidente Itamar Franco, em mais uma tentativa de montagem de um pacto anti-inflacionário.

"O governo parou e tornou-se vítima de um excesso de democratismo", observa Luiz Antônio de Medeiros, presidente da central Força Sindical, principal aliado político do ministro da Fazenda entre os líderes trabalhistas.

Medeiros adverte: "Se o Fernando Henrique não der a volta por cima, se ele não fizer alguma coisa, rapidamente vamos ficar sem ministro da Fazenda".

Entre assessores diretos do ministro, relata a editora Claudia Safatle, de Brasília, o sentimento que prevalece não é diferente: falhou a articulação política do governo e o ministro foi levado a uma situação de desgaste numa negociação com empresários e trabalhadores em cujo êxito o próprio governo não acredita.

Era para ser, no início, uma negociação sobre a sanção ou o veto ao projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados que reajusta mensalmente os salários



Luiz Antônio de Medeiros

em 100% da inflação. Como não houve consenso, há duas semanas discute-se uma "agenda mínima", cuja mais recente versão (ver íntegra na página 6) possui 38 itens tão abrangentes como privatização, política de rendas e "spreads" bancários, entre outros.

"As perspectivas não são das melhores", diz Jair Meneguelli, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), espécie de braço sindical do Partido dos Trabalhadores, principal aliado político de Walter Barelly,

(Continua na página 6)

• Política

Economia

GOVERNO

Brasil

Preocupação com os rumos da...

por José Casado
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

ministro do Trabalho — a quem, em última análise, caberia a tarefa de recomendar a Itamar Franco, por escrito, o veto ao projeto de reajuste mensal de salários aprovado pela Câmara.

Amanhã, em nova reunião no Palácio do Planalto, chega-se a uma etapa decisiva desse processo. "Ou sai o reajuste mensal de 100% dos salários ou dificilmente vamos prosseguir nessas negociações", diz Meneguelli, acrescentando: "Sinceramente, sem esse acordo salarial, vejo muito, muito, muito pouca chance mesmo de se continuar negociando".

O líder da CUT considera que o ministro da Fazenda cometeu um "erro estratégico" logo no começo dessas gestões. "Falar demais é um defeito de todo político, e eu acho que o Fernando Henrique deve estar arrependido de ter dito, no início, que se o reajuste mensal não fosse vetado ele estaria fora do governo. Ele tem que negociar, porque ninguém governa este País sozinho", comenta. O ministro, nos últimos dias, tem negado que em algum momento disse algo semelhante.

O presidente da República passou o último fim de semana telefonando a líderes empresariais e trabalhistas, com um apelo por acordo imediato. "Quarta-feira voltaremos a nos reunir, já para o exame de medidas concretas", anunciou ontem, no Rio (ver página 3).

"Não iremos cair na tentação das chamadas 'medidas de choque'", insistiu Itamar Franco, "o que o momento exige é a busca de soluções definitivas para o problema; não tememos dizer que devemos estabelecer um programa de emergência para o combate à inflação."

Como a maioria dos negociadores privados — sobretudo representantes dos trabalhadores e do setor financeiro — demonstra grande ceticismo quanto à possibilidade de um acordo não-inflacionário, nesta semana, esboça-se um possível confronto do Executivo com o Legislativo — exatamente o que Itamar Franco procura evitar.

Isso pode ocorrer, realmente, se o governo ficar reduzido à posição de vetar o projeto da Câmara para o reajuste salarial mensal. Ou adotar a postura — inédita — de nem vetar nem sancionar, deixar a iniciativa com os deputados que se inclinam pela promulgação da lei. Se vetar, os trabalhadores vão pressionar o Congresso pela derrubada do veto — anunciam Medeiros e Meneguelli.

A hipótese mais favorável é a mais remota — a de dar tudo certo e se chegar a um acordo prévio amanhã sobre os salários, que viabilize um passo além, a desejada negociação em torno de uma "agenda mínima" de estabilização da economia.

Se isso acontecer, de fato, o debate da reforma constitucional estará aberto, de forma antecipada.

O principal beneficiário político, nesse caso, atenderia pelo nome de Itamar Franco, segundo a análise consensual.

Os principais temas da agenda

Eis os principais temas que compõem a agenda mínima para o entendimento e que estão sendo negociadas com empresários e trabalhadores:

TEMAS FISCAIS.

- 1 — COFINS — Contribuições Sociais contestadas.
- 2 — PRIVATIZAÇÃO — Aceleração/Participação.
- 3 — SONEGAÇÃO — envolvimento na fiscalização.
- 4 — REFORMA TRIBUTÁRIA — regressivo/progressivo.
- 5 — ORÇAMENTO — Dívida Pública — Vinculações — Indexação: controle social das Finanças Públicas.
- 6 — UNIÃO/ESTADOS — Lei de Rolagem — Atribuições da União/Estados.
- 7 — PRODUTIVIDADE DO GASTO PÚBLICO: Gasto Social/Priorização/Desvinculação.
- 8 — RENÚNCIAS FISCAIS/INCENTIVOS.
- 9 — TESOURO/BANCO CENTRAL.

ESTATAIS.

- 10 — Controles operacionais de salários e investimentos.
- 11 — Tarifas Públicas.
- 11.1 — Tarifas elétricas: recuperação real (feita pelos estados).

11.2 — Recuperação das tarifas da Petrobrás.

SEGURIDADE SOCIAL.

- 1 — Financiamento Seguridade, peso dos encargos, vinculação entre ações básicas (Previdência, Saúde e Assistência).
- 2 — Transferência de renda de urbanos para rurais/arrecadação na área rural.
- 3 — Quantidade e qualidade do Gasto e Serviços Públicos à disposição do trabalhador.
- 4 — Maior formalização das relações trabalhistas (Carteira assinada/encargos).
- 5 — Déficit estrutural atuarial.
- 6 — Avaliação alíquotas da Previdência.
- 7 — Fiscalização e controle da Previdência (INSS).
- 8 — Direitos Sociais: inclusões de benefícios.

RENDA, EMPREGO e ABASTECIMENTO.

- A — ABASTECIMENTO.
- 1 — Tributação sobre a Cesta Básica.
- 2 — Revisão do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).
- 3 — Estoques Governamentais: uso regulado por legislação.
- 4 — Composição da Produção Agro-Industrial: Política Agrícola pró-alimentação [vis perverso pró-exportação].
- 5 — Transporte — desregulamentação (cabotagem e ferrovia).

B — TARIFAS.

- 1 — Programas Compensatórios (Vale-gás, Vale-Transporte, Ficha telefônica/Assinatura Básica e Carta Social).
- 2 — Renovação das Frotas de Transportes Coletivos.

C — POLÍTICAS DE RENDA.

- 1 — Política de Salário Mínimo.
- 2 — Projeto de participação dos trabalhadores nos lucros.

D — SISTEMA FINANCEIRO.

- 1 — Cunha Fiscal (tributação financeira e custo do crédito).
- 2 — "Spreads" bancários.
- 3 — Crédito ao Consumidor e Consórcios.
- 4 — Taxas de juro primárias.
- 5 — Financiamento à produção e crescimento econômico.

E — PREÇOS.

- 1 — Política de Comércio Exterior: tarifa, etc.
- 2 — Lei Anti-Dumping.
- 3 — Lei Anti-Truste, mecanismo de controle de preço, Defesa da Concorrência e Defesa do Consumidor.